



# Anais da Assembléia

Nº 146

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE OUTUBRO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**

1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**

2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**

1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**

2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**

3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**

4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado ORLANDO PESSUTI  
PRN ..... Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS  
PFL ..... Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PST ..... Deputado GERALDO CARTÁRIO

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Trolan - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carolio Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ornário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Melo; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -  
(•) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 39ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 1992  
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

As quinze horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (52). Achando-se ausente o Senhor Deputado Albino Corazza (01). Em licença o Senhor Deputado Heinz Herwig (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Requerimento:**

**REQUERIMENTO Nº 1546**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em separado da Proposição nº 47/92, item 01, da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, bem como a votação conjunta das proposições restantes.

Sala das Sessões, em 20.10.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando votação em separado da Proposição nº 47/92, da presente Sessão Extraordinária, bem como a votação conjunta das proposições restantes. **Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós já havíamos nos pronunciado recentemente a nível de Bancada, da nossa preocupação em termos desta votação em bloco. Obviamente traz alguns prejuízos à discussão de cada matéria proposta.

Como aqui a Liderança do Governo pede destaque para a matéria do primeiro item da pauta, obviamente os demais itens objetivam sobre ponto comum. E nós queremos aqui mais uma vez nos manifestar contra esta postura de encaminhamento de votação em bloco dos projetos que têm a ver com o problema da comunidade paranaense.

Queremos já deixar manifestada a posição da Bancada do PDT de que jamais nos furtaremos à nossa posição, de nos posicionarmos em favor do funcionalismo público, independente se do Judiciário, do Executivo ou do Legislativo. Inclusive lamentamos e queremos mais uma vez pedir à Liderança do Governo e a esta Casa a agilização na mensagem do Governo que diz respeito ao reajuste do funcionalismo público, porque para as matérias de suplementação há sempre o regime de urgência, e quando se trata de funcionário público, não é regime de urgência.

Inclusive eu lembro que, quando lutava aqui numa das sessões da Casa, defendendo o direito dos Procuradores do Tribunal de Justiça, fui criticado pelo Chefe da Casa Civil dizendo que eu estava me transformando aqui no maior criador de marajás desta Casa.

Eu, como funcionário público, defendi e defenderei sempre o direito dos funcionários públicos, indistintamente de Poderes.

Por isso, a nossa bancada, neste momento, também manifestando a nossa indignação pela falta da mensagem de reajuste do funcionário público, estaremos nos posicionando independente do que interprete

quem quer que seja, mas temos certeza que estamos respeitando o direito dos funcionários públicos como sempre temos feito nesta Casa, estaremos votando favoravelmente a essas posições de vetos do Governador do Estado, e isto eu digo em nome da Deputada Emilia Belinati, em nome dos Deputados Cezar Silvestri, Algaci Túlio, Greca e do Corazza, que lamentavelmente hoje não pôde estar presente, mas estaremos votando contrário a este Veto, porque lamentavelmente só existe veto, só existe impedimento, só existe dificuldade quando o reajuste trata de salário de funcionários públicos. E neste momento não nos interessa se são juizes, desembargadores, conselheiros, mas na nossa visão são funcionários públicos e da parte da bancada do PDT, merecerão, assim como os demais servidores, o respeito desta Bancada.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, a razão de estarmos pedindo a votação em separado da proposição 47/92, diz respeito ao fato de tratar-se este projeto de lei de autoria do Deputado Colombino Grassano, de assunto realmente diferente das demais proposições que serão analisadas e é a mesma razão que nos leva a pedir a votação global das outras três proposições, seguindo a tradição desta Casa, de votar de forma englobada, quando os vetos tratam de preferência, de assuntos similares. Neste caso das proposições 93, 94 e 95, os artigos vetados guardam realmente uma semelhança, quando não, são iguais nos três projetos diferentes.

Lamentar a injustiça que cometeu o Deputado Paulo Maia, em especial com relação à Presidência da Casa, bem como também a CCJ, quando ele alega que apenas as suplementações orçamentárias tramitam nesta Casa em regime de urgência. Eu diria que as mensagens de aumentos salariais, não só aquelas oriundas do Poder Legislativo, mas também do Tribunal de Contas, da Procuradoria Geral da Justiça ou do Tribunal de Justiça, têm recebido da Presidência da Casa, da CCJ, um tratamento de regime de urgência urgentíssima, porque não raras são as vezes em que a mensagem chega aqui num dia e no dia seguinte já está em Plenário, sendo votada num regime muito mais urgente do que aquele no qual tramitam as demais mensagens.

Então, realmente, no nosso entendimento, é uma falta de consideração à maneira como o Deputado Anibal Khury tem se portando quando as mensagens de aumento salarial chegam nesta Casa e dizer também para que a verdade se estabeleça, os vetos de Sua Excelência o Governador não são apenas, Deputado Paulo Maia, com referência a pro-

jetos de aumentos salariais.

Nós temos apreciado aqui muitas vezes inclusive, veto em cima de projetos que autorizam, que declaram de utilidade pública e tantas outras coisas. Então, não é veto apenas em cima de questões salariais, e restabelecer a verdade por inteiro. Os projetos de aumento salarial, por determinação do Presidente Anibal Khury, da Comissão de Justiça que é presidida pelo Deputado Erondy Silvério e anteriormente presidida pelo Deputado Colombino Grassano, sempre tiveram na Assembléia regime de urgência urgentíssima diferente dos outros projetos, portanto.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu acho que o nobre líder do PMDB devia usar as suas palavras e não tentar pôr em minha boca palavras que eu não disse. Eu digo que o desrespeito sempre tem havido pelo funcionalismo público, por parte do Governo do Estado, e não por parte de Vossa Excelência e muito menos do Presidente da CCJ, de cuja Comissão eu faço parte.

Acho que isso é massagear a verdade, é querer fugir à realidade e com certeza estaremos aqui sempre cobrando essa falta de tratamento do Governo do Estado para com o funcionalismo público e quando quiser Vossa Excelência, botar palavras na minha boca, peça permissão, porque sei muito bem responder por aquilo que estou dizendo. Jamais disse do desrespeito desta Casa para com o funcionalismo, bem como da CCJ, da qual faço parte. É lamentável que Vossa Excelência use esse mecanismo, no momento de decisão, mais uma vez, dos funcionários dos Poderes da Justiça.

Muito obrigado.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

A questão que estamos discutindo, não diz respeito se é regime de urgência ou não é.

É uma pena que quando vamos discutir o reajuste do servidor público, seja sempre urgência urgentíssima. Tinha que vir justamente com mais tempo para que pudéssemos analisar e votar dentro dos prazos normais, porque como têm chegado, não tem dado tempo. Tem chegado pela manhã e votado à tarde, para analisar a todos. Mas o que nós queremos dizer é a posição do PT.

Nós sempre, desde o primeiro dia em que aqui chegamos, achamos que todos os projetos, sejam eles da Sessão Ordinária ou Extraordinária, veto ou não, devem ser votados um por um.

Nós do PT, vamos votar contrário ao Requerimento do Líder do PMDB, porque que-

temos analisar projeto por projeto, porque mérito é diferente e se analisa na hora de votar não só a questão política e constitucional, mas também o mérito da matéria.

É neste sentido que votamos contra o Requerimento porque queremos analisar um por um dos vetos colocados.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Em votação o Requerimento.

Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento, conservem-se como estão.

**Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 047/92, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 499/91, de autoria do Deputado Colombino Grassano e outros, que revoga o parágrafo único da Lei nº 9.291 de 07.06.90 (imóveis). Com Relatório da C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 96/92

Curitiba, 28 de abril de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 385/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI, o Projeto de Lei nº 499/91, por considerá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo revogar "o parágrafo único da Lei nº 9.291, de 07.06.90".

O dispositivo cuja revogação constitui objeto do Projeto de Lei em causa é o que estabelece, como condição resolutive, na anuência autorizada pela referida Lei nº 9.291/90, de permuta de imóvel doado pelo Estado do Paraná à Associação Comercial e Industrial de Arapongas, por outro de propriedade do Município. Essa condição resolutive foi no sentido de que o imóvel recebido pela mencionada Associação Comercial e Industrial, em tal permuta, ficasse gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade e que fosse exclusivamente utilizado na construção da sede da Entidade.

Não há qualquer dúvida de que os objetivos da doação originária devem permanecer, não obstante a permuta realizada entre a donatária e o Município de Arapongas. Negar-se esse entendimento seria admitir-se o desvirtuamento das razões de ordem social e comunitária, que levaram o Estado a transferir um bem do patrimônio público ao de uma entidade privada. Isto, aliás, seria medida condenável sob todos

os aspectos em que fosse enfocada.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 499/91, foi publicado no DA. nº 145, de 05.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 499/91

P A R E C E R:

Examinando a Proposição nº 47/92, veto aposto ao Projeto de Lei nº 499/91, de autoria do nobre Deputado Colombino Grassano e outros, que visa revogar o parágrafo único da Lei nº 9.291, de 07 de junho de 1990, verificamos que o Veto ocorreu em concordância absoluta com o artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º artigo 71, ambos os institutos da Carta Magna Estadual.

Por tais fatos, consideramos estar a presente Proposição, em condições de ser apreciada pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 12.05.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

Vai-se proceder a votação da Proposição 47/92.

"Ao ser chamado pelo Senhor Primeiro Secretário (que procederá à chamada nominal duas vezes), O Deputado deverá se dirigir à mesa dos Trabalhos, onde receberá sobrecarta rubricada do Senhor Primeiro Secretário. A seguir, dirigir-se à cabine indevassável (localizada à direita da Mesa), em cujo interior encontrará cédulas de votação contendo as expressões "sim" e "não".

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contenham a expressão "sim". Os contrários à manutenção do veto, deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contenham a expressão "não".

Após haver feito sua opção de voto o Deputado deverá colocar a cédula na sobrecarta rubricada e depositá-la na urna que se encontra sobre a mesa.

A Presidência deseja salientar que para a rejeição do veto, com a conseqüente aprovação do projeto, será necessário que vinte e oito (28) Senhores Deputados votem "Não", conforme Previsão da parte final do parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição Estadual.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que dê início à chamada nominal para votação. Deverão ser procedidas duas chamadas

(E procedida à chamada nominal.)

Votaram cinquenta e dois Senhores Deputados.

Designo a Comissão constituída pelos Senhores Deputados Hermas Brandão, Colombino Grassano, Plauto Guimarães, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida César para comporem a Comissão escrutinadora. Qualquer impugnação deverá atender ao estabelecido nos artigos 167, 171 do código eleitoral, conforme decisão anteriormente adotada pela Mesa.

Votaram cinquenta e dois Senhores Deputados. Com a cédula NÃO trinta Senhores Deputados. Com a cédula SIM dezenove. Branco três.

**Está rejeitado o veto.**

Em conformidade com o requerimento do Deputado Orlando Pessuti, votaremos os vetos apostos às três Proposições numa votação só.

Esclareço que no Projeto de Lei 249/92, Proposição 94/92, será apreciado o veto ao artigo quarto. E o Projeto 242/92, Proposição 93/92, o artigo quarto.

Na Proposição 92/92, artigo 4º, na Proposição 95 o artigo 4º e o artigo 5º.

Vamos proceder o início do processo de votação.

**DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 093/92, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 242/92, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, que dispõe sobre os vencimentos da Magistratura do Paraná e dá outras providências. Com Relatório da C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/DTL/SAT Nº 256/92

Curitiba, 05 de outubro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 248/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 242/92, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos expostos.

Objetiva o autógrafo fixar, conforme especifica, o vencimento básico dos Desembargadores, assim como adotar outras providências. O veto parcial apostado incidiu sobre as disposições do art. 4º.

O citado artigo 4º, embora tenha constado da proposição originária do Poder Judiciário, foi por mim vetado, porque, a exemplo do que fiz recentemente no Projeto de Lei nº 191/92, cujas razões de veto parcial encaminhei a essa Casa através do Ofício nº 171/92, de 02.07.92, julguei tal

dispositivo dispensável em função da liberdade de gestão orçamentária de que é dotado aquele Poder, assim como em homenagem e respeito à sua autonomia.

Esses os motivos que me levaram a vetar Parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Vaiho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 242/92

PARECER:

Oriundo do Ofício nº DTL/SAT 256/92, expedido pelo Gabinete do Governador, chega a esta Comissão a Proposição de Veto nº 093/92, apostado ao Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado que dispõe sobre os Vencimentos da Magistratura do Paraná e dá outras providências.

O veto foi apostado dentro do prazo regimental previsto, obedecendo todos os trâmites legais.

Nestas condições, opinamos pelo encaminhamento e apreciação em plenário.

E o parecer!

Sala das Comissões, em 19.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
PLAUTO MIRO GUIMARAES - Relator

**DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 094/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 249/92, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica. Com Relatórios da C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/DTL/SAT Nº 257/92

Curitiba, 05 de outubro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 249/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 249/92, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos expostos.

Objetiva o autógrafo fixar, conforme especifica, o vencimento básico dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, assim como adotar outras providências. O veto parcial apostado incidiu sobre as disposições do art. 4º.

O mencionado artigo 4º, deixou de ser acolhido em função do entendimento de que

as revisões de remuneração dos integrantes dos referidos cargos não devem ficar de nenhuma forma vinculadas a percentuais e épocas de vigência dos reajustes gerais do funcionalismo estadual, porque, pela forma como tal disposição vem colocada, constitui-se vinculação não conveniente aos superiores interesses da Administração, isto também porque, há ocasiões que o erário público somente permite melhorias diferenciadas como, por exemplo, aquelas impostas por normas constitucionais apenas à faixa do salário mínimo. Idêntico entendimento manifestei quando vetei o Projeto de Lei nº 166/92, cujas razões de veto parcial encaminhei a essa augusta Casa através do Ofício nº 174/92, de 2 de julho próximo passado.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 249/92.

Autor do P.L.: Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Proposição: 094/92.

P A R E C E R:

Ao recepcionar da douta Comissão de Constituição e Justiça, a proposição de veto parcial nº 094/92, para fins de parecer, cumpre-me assentar, que o veto em tela, preenche o ritual legal. Neste sentido, encontra-se o mesmo, em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 19.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
TOTI COLAÇO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 095/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 245/92, de autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, que fixa, conforme específica, os vencimentos do Procurador Geral de Justiça. Com Relatório da C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 259/92

Curitiba, 05 de outubro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 254/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcial-

mente, o Projeto de Lei nº 245/92, por julgar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público, em razão dos motivos expostos.

Objetiva o autógrafo fixar, conforme específica, os vencimentos básicos do Procurador-Geral de Justiça, assim como adotar outras providências. O veto parcial aposto incidirá sobre os arts. 4º e 5º.

O mencionado artigo 4º, deixou de ser acolhido em função do entendimento de que as revisões de remuneração dos integrantes do Ministério Público não devem ficar de nenhuma forma vinculadas a percentuais e épocas de vigência dos reajustes gerais do funcionalismo estadual, porque, pela forma como tal disposição vem colocada, constitui-se vinculação não conveniente aos superiores interesses da Administração, isto também porque, há ocasiões que o erário público somente permite melhorias diferenciadas como, por exemplo, aquelas impostas por normas constitucionais apenas à faixa do salário mínimo. A negativa de sanção ao art. 5º deve-se ao fato da obscuridade da norma, eis que, a par da vedação de vinculação de remuneração que desnecessariamente estabelece, porque tanto a Magna Carta da Nação como a Constituição Estadual já a proíbem, cria, incoerentemente, outra forma de equiparação, também constitucionalmente vedada, qual seja a de Secretário de Estado com Procurador-Geral de Justiça.

Tais entendimentos já adotei em relação a idênticos dispositivos que recentemente vetei no Projeto de Lei nº 192/92, cujas razões de veto parcial foram encaminhadas a essa Augusta Casa através do Ofício Governamental nº 175/92, de 2 de julho próximo passado.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

A Proposição de Veto Parcial nº 95/92, Aposto ao Projeto de Lei nº 245/92, que dispõe sobre os vencimentos básicos do Procurador Geral da Justiça.

O Projeto de Lei nº 245/92, oriundo da Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, após sofrer emendas de Plenário é objetivo do veto parcial emitido pelo Governador Estadual.

Sob aspecto jurídico, analisamos que, em primeiro lugar, o veto ocorreu na observância dos prazos constitucionais § 1º



do art. 71, da Constituição do Estado, logo merece ser apreciado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LYGIA PUPATTO - Relatora

Com a palavra o Deputado Rafael Greca, para encaminhar a votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Já não é sem tempo que o Governo do Estado retome o princípio de convivência pacífica e harmoniosa com o Poder Judiciário do Paraná.

Mais do que um encaminhamento de votação do interesse corporativista quer esta minha intervenção solicitar ao Senhor Governador através dos Deputados que dão sustentação ao Governo nesta Casa a retomada do caminho do bom senso, do respeito às normas constitucionais, normas essas preconizadas na saudável e respeitosa convivência entre os três Poderes republicanos.

Não se pede ao Governo do Estado qualquer favor. Pede-se a confirmação do convívio republicano já preconizado ao tempo da fundação de Curitiba, por ensaístas como Montesquieu quando defendiam o Espírito das Leis e a convivência harmoniosa do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

O Paraná vai ferido pelo doloroso pedido de impedimento do Senhor Governador, que com palma para toda sociedade ameaça vir a este Plenário para votação e julgamento. Este pedido se baseia no descumprimento de 33 decisões judiciais. Repetidas vezes o Governador tem usado a televisão e a mídia para declarar que só cumpre decisões judiciais que venham impregnadas de ternura pelos despossuídos. Usa o Governador do artifício de uma falsa ternura para defender muita vez o que não tem razão nenhuma.

Das 33 ordens judiciais não cumpridas, uma especial, diz respeito à cidade de Curitiba, que é a desocupação da Ferrovia, que foi veementemente condenada pela maioria da população, apesar da matemática dos "caídos", porque o Senhor Caíto Quintana e o irmão do Governador dizem que eu não venci a eleição com a maioria dos votos. É basicamente a decisão judicial que determina a desocupação da Ferrovia, onde aproveitadores políticos da pior espécie usam de sete ou oito posses do mesmo terreno público, travando o desenvolvimento da cidade e favelizando a capital do Paraná de maneira detestável.

Os três projetos discutidos nesta sessão determinam o vencimento básico de desembargadores, juízes, dos magistrados, dos Conselheiros do Tribunal de Contas e

dos Procuradores do Estado do Paraná.

Não me parece abuso algum, saque algum ao Tesouro do Estado, um Procurador reivindicar um vencimento básico de sete milhões e setecentos mil cruzeiros, como também não me parece abuso algum ao Tesouro do Estado que um Juiz com 37 anos de carreira, como um com o qual eu conversava agora 'há pouco, perceba quinze milhões de cruzeiros por mês.

Não me parece saque ou destempero que um Juiz principiante queira ganhar oito milhões de cruzeiros. Quanto paga de aluguel um juiz de comarca de Foz do Iguaçu naquela cidade de custo de vida tão caro? Entre quatro a cinco milhões de cruzeiros. Nem todas as comarcas têm casas patrocinadas pelo Estado. E ainda se imputa à Justiça o reparo dos fóruns e das instalações judiciárias.

Mais grave do que a defesa do interesse corporativista que possa vir embutida na presença maciça dos Senhores Magistrados e Procuradores nesta Casa, está a defesa do princípio republicano da independência dos Poderes, da necessidade absoluta de dar à Justiça suporte e sustento. Este sim, Senhor Líder do Governo, é o superior interesse da administração. Porque administrar as justiças é também o dever do Governo do Estado.

Vai agora, saindo da Assembléia para a Secretaria do Estado da Justiça, o nosso Deputado José Tavares; vai com o dever de defender a Justiça e a cidadania. Tem agora S.Exa. a oportunidade de fazer esta defesa já, votando favoravelmente à Magistratura, aos Procuradores e a essa matéria de elevado interesse. E tem a Bancada do PMDB a ocasião de provar que todos os seus protestos em favor da Justiça na louvação que fizeram ao Deputado José Tavares não se fizeram de palavras vãs, porque só o voto favorável, contrário ao veto do Senhor Governador, homenageará a Justiça neste Plenário e o José Tavares por extensão. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados para o processo de votação já esclarecido.

(É procedida à chamada nominal).

Votaram cinquenta e dois Senhores Deputados.

Designo uma Comissão constituída pelos Deputados Luiz Carlos Martins, Hermas Brandão, Emilia Belinati, Lygia Puppato e Erondy Silvério para constituírem a Comissão escrutinadora.

Votaram cinquenta e dois Senhores Deputados.

Pela manutenção do Veto: trinta e dois; pela rejeição: quatorze; brancos: seis.

Estão mantidos os Vetos nos três artigos que foram votados.

extraordinária.

Nada mais havendo a tratar,  
declaro encerrada a presente sessão

Levanta-se a sessão.